

Eleições excluem política externa

Neusa Romero Barazal (*)

O cenário do Brasil em 2018 é o da realização de eleições para a escolha do presidente da República, senadores e deputados federais, governadores de Estado e deputados estaduais

Os brasileiros votantes têm por responsabilidade eleger os personagens que deverão assumir os próximos mandatos em um ambiente desfavorável, devido aos constantes escândalos envolvendo a classe política. O lado positivo nesse panorama são as perceptíveis mudanças de comportamento do eleitor, que está aprendendo a valorizar seu papel na construção do processo democrático brasileiro.

Ninguém parece querer desistir da construção de um País melhor para as próximas gerações e, nesse sentido, não se pode negar a importância do acompanhamento dos programas de governo, em que os candidatos se comprometem em promessas para chamar o eleitorado, as quais devem ser cobradas durante o mandato.

Normalmente os planos de governo, especialmente os de presidenciais, concentram seu foco em temas como saúde, educação, segurança, transporte, dentre outros, que envolvem políticas internas. É razoável que seja assim, mas, diga-se, os políticos brasileiros precisam incluir e destacar em seus projetos algo sobre a política externa do País, totalmente esquecida nas campanhas eleitorais.

Esse fato é grave porque o Brasil faz parte do mundo e, em um mundo globalizado, não pode se dar ao luxo de olhar só para o próprio umbigo. É importante definir com quem se quer estabelecer relações para realizar trocas de amizade, de bens e de serviços mundo afora. O Brasil de hoje é consequência das opções políticas adotadas no passado.

Pergunta-se: como o restante do mundo nos vê?

Para efeito de localização, o Brasil é um País que se acha na América do Sul, tem raízes indígenas, europeias, africanas e asiáticas, o que o interliga culturalmente com o restante dos continentes do planeta. Além dessa identificação, compartilha da realidade virtual que se encontra nas nuvens do espaço cibernético. Por tudo isso um presidencialismo não pode menosprezar as relações exteriores na hora de elaborar seu programa de governo.

Não se quer aqui priorizar a política externa do Brasil em detrimento da política interna. Os eleitores brasileiros sabem que somos um País de muitas desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, porque vivem esse drama em seu cotidiano e isso afeta a todos indiscriminadamente. É urgente que as políticas internas sejam eficientes e permitam que essa realidade dos brasileiros seja mudada o mais rápido possível.

Não se pode ignorar a importância para a sociedade globalizada das inter-relações, interconexões e interações das mais variadas naturezas nos campos da economia, da saúde, da educação, dos negócios, da cultura, das pesquisas, e de outros tantos. Quando chegar o momento da votação é bom que nos lembremos de que se de um lado somos vítimas de muitas das mazelas que vivemos na política de hoje, por outro lado, os políticos que aí estão foram escolhidos por eleitores brasileiros.

E a informação é a melhor arma na tomada de decisão do voto. Não existe fórmula pronta para se aprender democracia. É preciso ir tentando porque, ao final das contas, se esse regime é imperfeito, ainda continua sendo o mais inclusivo.

(*) - Leciona no curso **Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas do Centro Universitário Fundação Santo André.**

PF conclui investigação sobre doações da Odebrecht para MDB

A Polícia Federal concluiu o inquérito que investigou repasses indevidos da empreiteira Odebrecht a integrantes do MDB, incluindo o presidente Michel Temer e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Minas e Energia)

Segundo o inquérito, enviado ao STF, a Odebrecht teria transferido cerca de R\$ 14 milhões para a campanha eleitoral do PMDB (hoje MDB) em 2014.

No relatório, o delegado Thiago Machado Delabary concluiu que há indícios de que Temer supostamente praticou crime de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Os dois ministros teriam praticado crime de corrupção passiva. Em nota, o Palácio do Planalto contestou a conclusão do inquérito da PF: “é um atentado à lógica e à cronologia dos fatos”. Disse ainda que “a investigação se mostra a mais absoluta perseguição ao presidente, ofendendo os princípios mais elementares da



PF conclui investigação sobre doações da Odebrecht para MDB.

conexão entre causa e efeito”.

Segundo a nota, o pedido de apoio à campanha eleitoral do PMDB “ocorreu dentro de todos ditames legais”, e os recursos doados em contas do

partido foram declarados ao TSE. “Agora, sem conseguir comprovar irregularidades nas doações, o delegado aponta supostos pagamentos ocorridos em março como prova dos cri-

mes, ou seja, dois meses antes do jantar”, destaca o Planalto, em referência a um encontro, no Palácio do Jaburu, com a participação de Temer, Padilha e Odebrecht, ocorrido em maio de 2014.

A PF investigou o repasse para o MDB de R\$ 4 milhões, que teriam sido pedidos por Moreira Franco, e de R\$ 10 milhões, que teriam sido negociados por Padilha. As articulações, que seriam do conhecimento de Temer, na época vice-presidente da República, foram narradas por dirigentes da empreiteira. A defesa de Padilha disse que se manifestará nos autos e Moreira Franco negou envolvimento nos fatos narrados no inquérito (ABR).

Pedido o andamento de projeto que diminui regalias de presos

O senador Reditario Casol (PP-RO) rememorou o projeto, por ele apresentado há sete anos, que sugere a criação de postos de trabalho dentro dos presídios e a revogação de vários benefícios aos criminosos. O parlamentar lamentou que a medida ainda não tenha seguido adiante e declarou que, ao invés disso, “o Estado criou mordomias para os detentos”.

Uma das ideias é que cada dia trabalhado signifique um dia a menos do total da pena. Ele citou dados do Atlas da Violência 2018, que apontou uma taxa de 30 assassinatos a cada 100 mil habitantes no Brasil, em 2016, e disse que alerta para esse assunto desde 2011. Por isso, o senador apontou a necessidade do andamento de sua proposta de lei, que aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça.

“A situação do país é vergonhosa, onde a lei favorece mais os malandros. Precisamos melhorar esse cenário, alterar o Código Penal e criar respeito com os trabalhadores e as pessoas honestas do nosso país”, declarou (Ag.Senado).

Cuidador para aposentado está em debate na Câmara

Parlamentares e associações de aposentados avaliam como insuficiente o acréscimo de 25% em todas as modalidades de aposentadoria pagas pelo INSS quando comprovada a necessidade de auxílio permanente de cuidador. O direito ao adicional foi determinado pelo STJ. Até então, o percentual a mais no benefício era limitado aos aposentados por invalidez que comprovassem a necessidade do auxílio permanente de terceiros.

Segundo a decisão do STJ, o aumento sobre o valor da aposentadoria deve ser pago ainda que a pessoa receba o teto fixado pelo INSS, hoje em R\$ 5.645. Para o assessor econômico da Confederação Brasileira de Aposentados, Maurício Oliveira, o valor definido pelo tribunal não é suficiente. “Esses 25% vão agregar apenas um valor muito pequeno porque 2/3 de todos os aposentados ganham um salário mínimo e se você colocar 25% em cima de um salário mínimo vai dar R\$ 250 mais ou menos. O ideal seria escalar esse percentual. Por exemplo, quem ganha



Proposta em análise na Câmara cria auxílio-dependência no valor de 60% do salário de benefício.

até um salário mínimo, que é maioria absoluta, teria que ter um aumento de 150%”.

O deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) também considera o valor concedido pelo STJ insuficiente. “O cuidador é mão de obra especializada e isso exige um salário digno que dê condição a essa pessoa de exercer essa função em quase período integral. Dependendo da pensão e da aposentadoria pode ser que contribua, mas pode ser que isso fique aquém da necessidade”.

Barbosa é autor de um projeto que cria o auxílio-dependência ao segurado da Previdência

que necessitar de assistência de outra pessoa para exercer suas atividades. O benefício será concedido à pessoa com deficiência e ao aposentado que retornar à atividade. O texto define o valor do auxílio-dependência em 60% do salário de benefício e será devido a partir do fim do auxílio-doença ou da data em que a necessidade de ajuda permanente de outra pessoa for constatada pela perícia médica do INSS. O projeto de Barbosa aguarda votação na Comissão de Seguridade Social (Ag.Câmara).

Falta de recursos e falhas de gestão no incêndio do Museu

Deputados de diversos partidos comentaram o incêndio que destruiu totalmente o acervo do maior museu de história natural do Brasil – o Museu Nacional. O deputado fluminense Chico Alencar (Psol) disse que o incêndio é fruto da omissão e do descaso das autoridades em relação à cultura do País. “É uma tragédia que incinera parte da memória, do patrimônio e do acervo natural do Brasil”, disse.

Ao comentar as consequências do incêndio, o deputado Victor Mendes (MDB-MA) também criticou falhas de gestão. “A própria ONU está reconhecendo [a perda] como uma tragédia mundial. Só tenho a lamentar o descaso com que os governos em todas as esferas trataram desse assunto nos últimos”, disse. Também fluminense, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) chamou atenção para a falta de recursos da UFRJ, que administra o museu. O deputado Zé Geraldo (PT-PA) lamentou a perda de todo o acervo do Museu Nacional. “São mais de 200 anos de trabalho



Para Jandira Feghali, o incêndio foi “crime político”.

e de história. E lá tínhamos peças de mais de 12 milhões de anos”, disse. Para o deputado Pedro Vilela (PSDB-AL), o incêndio é um símbolo da falta de qualidade e de prioridade na gestão dos gastos públicos. “O que foi gasto pelo Museu Nacional até agosto (cerca de R\$ 268 mil) equivale a 2 minutos dos gastos do Poder Judiciário ou a 15 minutos dos gastos deste Congresso Nacional”, disse (Ag.Câmara).

Fachin negou pedido para afastar inelegibilidade de Lula

O ministro Edson Fachin, do STF, negou uma liminar (decisão provisória) pedida pela defesa do ex-presidente Lula, que buscava garantir a presença do político na disputa pela Presidência da República. O recurso havia sido protocolado na quarta-feira (5) pelos advogados de Lula, paralelamente a outro recurso, ingressado no TSE, contra a decisão daquela corte de barrou a candidatura do ex-presidente, com base na Lei da Ficha Limpa.

Em ambos os recursos, a defesa insiste na tese de que uma liminar concedida pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU garante a Lula o direito de concorrer à eleição como candidato do PT. Fachin, que no julgamento no TSE foi o único a votar a favor da candidatura de Lula, ocasião em que considerou válido o argumento sobre a decisão da ONU, desta vez afirmou que a liminar do organismo internacional é válida somente no âmbito eleitoral, não servindo



Ministro Edson Fachin negou liminar pedida pela defesa de Lula.

para suspender os efeitos de uma condenação criminal.

Isso porque, enquanto no TSE a defesa atacou a decisão que negou registro à candidatura de Lula, no STF os advogados buscavam suspender os efeitos de outra decisão, a proferida pelo TRF4, que impôs a Lula a pena de 12 anos e um mês de prisão. Tal efeito suspensivo

teria o mesmo resultado de afastar a inelegibilidade de Lula. “Em suma: o pronunciamento do Comitê dos Direitos Humanos da ONU não alcançou o sobrestamento do acórdão recorrido, reservando-se à sede própria a temática diretamente afeta à candidatura eleitoral”, resumiu Fachin na decisão em que negou a liminar (ABR).

Senador defende uso do glifosato e outros herbicidas

O senador Givago Tenório (PP-AL) afirmou que o uso do herbicida glifosato e outros agrotóxicos são fundamentais para a produção agrícola e a segurança alimentar. Uma liminar da Justiça do DF chegou a suspender o registro de produtos à base da substância, mas a medida foi derrubada no último dia 3 pelo TRF da 1ª Região.

“Os defensivos agrícolas protegem as lavouras do ataque e da proliferação de fungos, bactérias, ácaros, vírus, parasitas, plantas daninhas, nematoides e insetos. Parece claro, portanto, não haver possibilidade objetiva de substituir a produção convencional e química pela produção orgânica, ainda que a última seja considerada popularmente como mais saudável”, explicou Givago

E que a produção e o registro de novos produtos exige estudos que comprovem a eficiência no campo e a segurança para as pessoas e o meio ambiente. “A regulamentação do emprego de agrotóxicos no Brasil condiciona o seu uso à aprovação por um conjunto de instituições: o Ministério da Agricultura, a Anvisa e o Ibama. O objetivo maior dessas instituições, precisamente, é de garantir segurança para os seres humanos e ao meio ambiente”, defendeu (Ag.Senado).

Diário, dinâmico e objetivo...
para você que não tem tempo a perder

Especializado em Publicidade Legal (Atas, balanços, editais e outros).

Empresas & Negócios

Acesse... www.netjen.com.br

Alcânin aceita com Dilma parceria para trecho do Rodonnel

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, aceitou a proposta de parceria com a empresa Rodonnel para a construção do trecho do Rodonnel entre os municípios de São José do Rio Preto e São José do Rio Preto.